NOTAS TAQUIGRÁFICAS

PLENO – SESSÃO: 08/09/04

RELATOR: CONSELHEIRO ELMO BRAZ

CONSULTA Nº 684917

CONSELHEIRO ELMO BRAZ:

Tratam os autos da consulta subscrita pela Sra. Cibele Regina de Moura Calazans, Secretária Municipal de Educação do Município de Sete Lagoas.

Indaga a consulente sobre a possibilidade de se utilizar recursos destinados à educação municipal na manutenção de uma Guarda Municipal Escolar, aí incluindo pagamento de salários, aquisição de fardas, veículos utilizados como meio de transporte e demais equipamentos, como apito, rádio, etc.

A Auditoria, através do Dr. Edson Arger, opina, em preliminar, pelo conhecimento da consulta e, no mérito, responde negativamente à pretensão do consulente, transcrevendo os artigos 5º e 6º da Instrução Normativa nº 02/02 deste Tribunal.

É o relatório.

Preliminar

Por ser a parte legítima e a matéria da competência deste Tribunal, tomo conhecimento da consulta para respondê-la em tese.

CONSELHEIRO EDSON ARGER:

Considero-me impedido de participar da votação por haver atuado como Auditor no presente processo.

CONSELHEIRO MOURA E CASTRO:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.

CONSELHEIRO JOSÉ FERRAZ:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE SIMÃO PEDRO TOLEDO:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.

ACOLHIDA A PRELIMINAR, POR UNANIMIDADE. IMPEDIDO O CONSELHEIRO EDSON ARGER.

CONSELHEIRO ELMO BRAZ:

Mérito

No mérito, respondo, em tese, à indagação apresentada, nos seguintes termos:

A Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ao relacionar no seu artigo 70, de forma taxativa, as despesas que podem ser consideradas como de manutenção e desenvolvimento de ensino, inclui, no inciso V, a **“realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino.”**

Considerando o caráter restritivo da norma e a preocupação do legislador com a não dispersão dos recursos destinados à educação deve-se considerar que as atividades-meio referidas no já citado artigo 70, inciso V, da LDB são, tão-somente, aquelas necessárias, indispensáveis à manutenção e desenvolvimento dos sistemas de ensino. Não se trata, portanto, de quaisquer atividades-meio, mas apenas daquelas que mantenham e sustentem o regular funcionamento dos sistemas de ensino, bem como as que desenvolvam, expandam a oferta e aprimorem a qualidade desses sistemas.

Evidencia-se, portanto, que somente as despesas vinculadas aos objetivos básicos das instituições educacionais propriamente ditas podem ser consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino. Não se enquadrando aí as despesas realizadas nos demais órgãos e entidades vinculados à educação, por mais que venham a beneficiar direta ou indiretamente a atividade ministrada nas escolas.

Por isso, embora a atividade da Guarda Municipal Escolar venha beneficiar, direta ou indiretamente, a atividade das escolas locais e deva ser implementada pela municipalidade, as despesas com sua criação e manutenção não se enquadram dentre aquelas estritamente vinculadas à educação, manutenção e desenvolvimento do ensino.

Assim, respondo negativamente à indagação do consulente.

(OS DEMAIS CONSELHEIROS MANIFESTARAM-SE DE ACORDO COM O RELATOR.)

CONSELHEIRO PRESIDENTE SIMÃO PEDRO TOLEDO:

APROVADO O VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR, POR UNANIMIDADE. IMPEDIDO O CONSELHEIRO EDSON ARGER.

(O CONSELHEIRO PRESIDENTE PARTICIPOU DA VOTAÇÃO PARA COMPLETAR O “QUORUM”.)